

História petrificada: a Arqueologia Nobiliárquica e o Império Brasileiro

Lúcio Menezes Ferreira¹

Resumo

Este artigo analisa a prática arqueológica do IHGB numa perspectiva pós-colonial, examinando-a como parte de um processo mais amplo de construção da identidade nacional no Brasil Imperial.

Palavras-chave: pós-colonialismo, Arqueologia, IHGB, Brasil Imperial.

Introdução

Salvador da Bahia, 17 de março de 1839.

[...] Temos diante de nós a mais hercúlea tarefa já
posta diante do homem civilizado [...] Alguns poucos
civilizados, uma horda medonha de negros, pardos e bugres.

Como alicerces da civilização, somos poucos, daí
a magnitude de nosso labor.

João Ubaldo Ribeiro

Infelizmente, o corpo desta raça será transformado
em pó, antes que o espírito esteja sanado e fortalecido, a
ponto de poder opor-se à decadência física [...]

Temo que os americanos deixem de vez este cenário,
entregando a outras raças, espiritualmente mais
emancipadas, o seu papel.

Karl F. P. von Martius

Em *Cultura e imperialismo* (1994), Edward Said nos instiga a pensar as variadas relações que se efetuaram, no imperial século XIX, entre as Humanidades e a História, entre diferentes tipos de textos e seus contextos, entre conhecimento e poder. As Humanidades, o Imperialismo e o Colonialismo, no Ocidente, apoiariam-se mutuamente. Haveria na cultura ocidental uma consciência global suficientemente alargada para abarcar, num amplexo pervasivo, campos de conhecimento aparentemente desassociados, como a Literatura Comparada e a Geografia, o Romance e a Teoria Política. Longe de possuírem uma neutralidade axiológica, tais campos elaboraram representações sobre o mundo colonizado, as raças subordinadas e as regiões periféricas, instituíram uma diferença ontológica entre o Colonizado e o Colonizador, entre o Ocidente e o Oriente, a fim de legitimar políticas de identidades e a dominação imperial. O verbo das Humanidades, no século XIX, conjugou-se na voz ativa do Imperialismo e do Colonialismo.

A Arqueologia, como saber integrante das Humanidades, não fugiu à conjugação: na Europa e na América do Norte, ela se declinou historicamente com o Imperialismo e o Colonialismo (TRIGGER, 1984; 1990; MACGUIRRE, 1992; FUNARI, 1989). No Brasil, as pesquisas arqueológicas promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1838 e 1860, flexionaram-se também nos modos de práticas coloniais.² Por meio do pensamento arqueológico, o IHGB acicatou os ímpetus de um imperialismo interno. Teceu representações dos grupos indígenas que, de um lado, estipularam uma política de identidades para a jovem Nação que então se conformava, e, de outro, propulsaram projetos de colonização dos territórios mais afastados, dos sertões distantes da sede do centralizado poder monárquico, situado no Rio de Janeiro.

Analisá-las por meio de uma crítica pós-colonial é o meu objetivo neste artigo.

Fossilizados e degenerados

Realizá-la requer, em primeiro lugar, o exame dos textos arqueológicos em seus respectivos contextos enunciativos. Pautando-me, neste sentido, pela noção de discurso de Michel Foucault (1986 e 1987), segundo a qual práticas sociais e políticas, como o são o Imperialismo e o Colonialismo, engendram domínios de saber com suas inserções institucionais, regras de formação de objetos, conceitos, técnicas e constituição de sujeitos históricos, descreverei as modalidades enunciativas que nortearam o pensamento arqueológico do IHGB. Para Foucault, os saberes se distribuem pelas instituições sociais e culturais tão taticamente quanto os exércitos nos campos de batalha – num sentido correlato às proposições de Gramsci, os saberes, segundo o pensador francês, buscam hegemonia e poder, o controle de indivíduos e geografias heterogêneas, a colonização de espaços sociais e territórios geopolíticos.³

A prática arqueológica do IHGB foi organizada pelas regras de uma hermenêutica filológico-textual. Em vários autores, como Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), Gonçalves Dias (1823-1864) e

Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), o critério para o estudo da cultura material e o estabelecimento de hipóteses sobre a origem das sociedades indígenas se fundava na Filologia. Ao estudar os indígenas, seja através da leitura de documentos e obras da Historiografia Colonial, seja através da Etnografia – isto é, nos trabalhos de campo e de “gabinete” –, recolhiam-se, por meio da Filologia, os mitos teogônicos e geogônicos para garimpá-los de seus resíduos poéticos, arejá-los de seus conteúdos lendários. Removia-se dos mitos indígenas os entulhos acumulados de sua longa memória. Interpretava-se, então, o que neles havia de positivo para se contar a História Geográfica do Império, a História das antigas ocupações do “continente brasileiro”, as rotas de imigrações de “nossos índios”, dos índios que habitam, desde há muito, o “nosso” território.

No rumor da linguagem, das lendas, contos e vocabulários indígenas, ouvia-se o ecoar de antigas tradições históricas, e assim a Arqueologia, referendando-se, conforme Manoel de Araújo Porto-Alegre (1856, p. 70), pelos aportes conceituais de Giovanni Battista Vico (1668-1744) (1988), ou seja, o *fingere* e a *poiesis* como princípios instituintes da realidade histórica, descobriria algo a respeito da origem das raças indígenas e de suas antigas imigrações. Neste passo, se os mitos indígenas apresentassem uma determinada rota de imigração, por exemplo, os grupos Tupis e Guaranis como provenientes do Norte do continente americano, da América do Norte, dos Andes ou da floresta amazônica, cotejava-se tal informação em documentos históricos tidos como fidedignos. O IHGB se harmonizava, neste sentido, com o pensamento histórico e arqueológico da Europa oitocentista: os documentos lingüísticos e textuais eram vias de acesso à verdade do acontecido (MALINA; VASICEK, 1997, p. 33-34). Os textos barrocos da Colônia e os pormenores descritivos dos naturalistas viajantes eram comparados aos mitos indígenas. Procedia-se comparativamente para lastrar critérios de verificação sobre as hipóteses de origem dos indígenas e suas rotas de ocupação. Reunia-se uma *corpora* filológica e textual, acercava-se um conjunto de mitos e textos históricos para, então, chegar-se à Arqueologia, à interpretação das cosmologias e da cultura material indígenas.

A par e passo a essa hermenêutica filológico-textual, dois importantes naturalistas, neste momento, firmaram modalidades enunciativas recorrentes sobre os grupos indígenas. O primeiro deles, Peter Wilhelm Lund (1801-1880), formulou, em suas cartas enviadas ao IHGB (1841, 1844) e à Sociedade Real dos Antiquários do Norte (1950 [1844]), duas proposições básicas, auferidas a partir de suas pesquisas, concretizadas em mais de 800 cavernas, na região de Lagoa Santa (MG): o “continente brasileiro” seria o mais antigo do planeta, e o homem já o habitava no tempo em que “os primeiros raios da história não tinham ainda apontado no horizonte do Velho Mundo” (LUND, 1844, p. 338-342). Discípulo de Georges Cuvier (1769-1832), Lund deduziu tais proposições, para parafraseá-lo, no firmamento lógico em que se iluminava a História Natural de seu tempo, que então reunia, numa mesma constelação, a Geologia e a Paleontologia.

Para o naturalista dinamarquês, o Brasil seria um paleoterritório porque, nas suas extensas regiões centrais, as rochas primitivas do período de transição não apresentavam, na horizontalidade superposta de suas camadas, formações secundárias e terciárias, nem tampouco resíduos orgânicos pretéritos. Ao constatá-lo, Lund foi de encontro, portanto, às teses que propugnavam a idade recente do continente americano, território jovem que abrigaria seres (plantas, animais e homens) fadados, graças às condições climáticas adversas dos trópicos, à degeneração – como queria, dentre outros, Georges Louis Leclerc, o Conde de Buffon (1709-1788). Para Lund (1844, p. 341), essas teses, marcadamente historiográficas, foram ilegitimamente estendidas aos foros da História Natural.

A antiguidade da raça americana, por sua vez, foi avaliada em suas escavações na caverna de depósitos calcários chamada de Lapa do Sumidouro – ali, Lund encontrara fósseis humanos e de megafauna extinta associados num mesmo contexto fossilífero. Efetuou exames de anatomia comparada e análises químicas sobre os fósseis, certificando-lhes, assim, a autenticidade (LUND, 1842, p. 82; 1844, p. 336-367; 1950 [1844], p. 469). Suas observações geológicas sobre a deposição dos fósseis nos solos estratigráficos da caver-

na, por seu turno, mostraram-lhe que, de fato, a raça americana foi coetânea da megafauna extinta (LUND, 1950 [1844], p. 474-483). O que comprovaria, portanto, a ancianidade da raça americana.

Lund, em seguida, valeu-se da comparação etnográfica, da frenologia e do exame da cultura material para calcular o grau de civilização a que havia chegado o povo da Lapa do Sumidouro, para classificá-lo segundo sua raça, seu modo de vida e “perfeição intelectual” (LUND, 1842, p. 84-85). Achando crânios quase completos, Lund determinou, baseando-se na taxionomia racial estipulada pelo célebre monogenista James Cowles Prichard (1786-1848), o lugar ocupado por eles no “*sistema antropológico*”. Os crânios das distintas raças apresentariam, segundo Prichard, as formas oval (raça caucasiana), prognata (raça etiópica) e piramidal (raças mongólica e americana) (GOULD, 1981). Os crânios de Lagoa Santa, pela estreiteza da testa, a proeminência dos zigomas, o ângulo facial e o formato da maxila e da órbita, denotavam, afirmou-o Lund, todos os caracteres pronunciados das raças americana e mongólica. O que as distinguiria, contudo, seria a presença marcante, na raça americana, de uma mais acentuada estreiteza e baixez da fronte e maior saliência do malar. Admitindo-se, na esteira da argumentação de Lund, que tais caracteres são mais aproximados da anatomia animal, dever-se-ia considerar a raça americana como inferior à mongólica na escala de perfeição intelectual, cujo ápice seria ocupado pelos caucasianos.

O sábio dinamarquês, como costumavam chamá-lo os intelectuais do IHGB, inverteu, com sua faina frenológica, a cronologia tradicional sobre a origem comum das raças americana e mongólica. Pôs em xeque a tese segundo a qual, imigrando para o hemisfério americano, a raça mongólica teria descambado para a degeneração, resvalado a um grau inferior em relação à evolução intelectual que detinha em sua região originária. Isto porque, segundo o naturalista dinamarquês, a raça americana, em seu tipo geral, desde a sua mais remota antiguidade até a conquista concretizada pelos portugueses, teria permanecido invariavelmente a mesma. De acordo com o estado de conservação dos fósseis humanos da Lapa do Sumidouro, po-

der-se-ia datá-los, pelo menos, em 3000 anos, espaço de tempo em que a raça americana conservou, além de seus traços raciais, o mesmo modelo de sobrevivência – coleta, caça e pesca. A raça americana, para Lund, em quase nada mudara em seus caracteres essenciais, ou, se se modificou em algo, foi para mais se afastar da raça mongólica.

Assim, Lund argumentou que, considerando-se a ausência de qualquer monumento de um antigo desenvolvimento superior entre os povos do Brasil; tendo-se em vista, ademais, que o continente brasileiro é o mais antigo do mundo; e, por fim, que a natureza sempre procede do imperfeito para o perfeito, deve-se concluir que a raça americana, confirma-o o seu caráter racial invariável, precedeu a raça mongólica. O “continente brasileiro” seria menos jovem do que se supunha, e o seu povoamento, tradicionalmente concebido como decorrente de levas mongólicas vindas pelo estreito de Bering, deveria ser reavaliado diante dos fatos que indicavam uma maior antiguidade de sua habitação e a constância do tipo racial de seus habitantes (LUND, 1842, p. 84-87; 1844, p. 337-342; 1950 [1844], p. 483-488).

Para Lund, portanto, a raça americana permaneceu invariável por 3000 anos. Os indígenas do presente estariam, assim, tão fossilizados quanto os seus antepassados da Lapa do Sumidouro. O índio seria um fóssil vivo, cristalizado pela imobilização de seus modelos tradicionais de sobrevivência, um ser estático, dono de uma a-historicidade radical, inerte frente aos desdobramentos da criação e extinção das espécies. E não seria uma variação degenerada da raça mongólica. Provava-o, para ele, a depressão da testa dos crânios de Lagoa Santa, que em tudo se conformava às figuras humanas esculpidas nos monumentos do México, cuja configuração singular da cabeça é inteiramente destituída de testa. Tal anomalia, antes atribuída a uma desfiguração artificial talhada pelo gosto dos artistas, teria agora uma “explicação mais natural”, pois os “documentos autênticos” de Lagoa Santa demonstram que a raça americana realmente possuía anatomia anormal (LUND, 1842, p. 84).

Mesmo reconhecendo a continuidade racial dos americanos, Lund fez, contudo, analogias entre os povos do Velho e do Novo Mundo. Assim, enfatizou que os dentes incisivos dos crânios de

Lagoa Santa, cujas superfícies ovais não terminavam em bordos agudos e cortantes, seriam um fenômeno desconhecido da frenologia moderna, oferecendo paralelo somente com os esqueletos das múmias egípcias. Analogia merecedora, segundo ele, de toda a atenção futura dos sábios, capaz de clarificar os pontos de contato entre a América e o Velho Mundo, já que os monumentos antigos do México apresentam semelhanças com os do Hindustão e do Egito (LUND, 1844, p. 339-340; 1950 [1844], p. 485-486). De outro lado, os crânios antigos, desenterrados na Europa, também revelavam insinuante depressão na testa; os machados de pedra, que abundam pelo interior do Brasil, em sua forma e no material em que são lavrados, são em tudo análogos aos que se encontram nos países boreais da Europa (LUND, 1844, p. 338).

Tais analogias não o fizeram sublimar a raça americana. Para o naturalista dinamarquês, estando suficientemente provado que o desenvolvimento da inteligência está em direta relação com o desenvolvimento do cérebro, cumprido com discernimento o exame do crânio seria o meio mais adequado para se mensurar o lugar que deve ocupar o indivíduo, e a raça a que ele pertence, na escala progressiva das faculdades intelectuais. Ora, os crânios primitivos de Lagoa Santa oferecem um “substrato mesquinho para a sede da inteligência”; não se poderia esperar, portanto, maiores progressos nas indústrias e nas artes de povos cuja organização cerebral era tão reduzida – prova-o de sobejo o tosco artefato descoberto junto aos esqueletos, uma simples pedra hemisférica e alisada (batedor), “instrumento de imperfeitíssima construção” (LUND, 1842, p. 85-86).

O outro enunciado corrente acerca dos grupos indígenas foi timbrado na obra do naturalista Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Nos seus ensaios *O estado do direito entre os autóctones do Brasil* (1907 [1832]) e *O passado e o futuro do homem americano* (1905 [1838]), no seu romance *Frey Apollonio* (1992 [1831]) e em sua dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844), o naturalista bávaro concluiu que o indígena do presente seria, ao contrário do que postulava Lund, um ser degenerado, um ente decaído. Sem dúvida, e nisto Von Martius concordava com Lund, o indígena se-

ria o testemunho da imobilidade e estagnação de uma raça. Porém, ele não permaneceu inalterado ao longo do tempo. Ao contrário, o indígena estamparia os sinais iniludíveis de uma involução, as evidências do momento petrificado de uma história perdida; seu corpo, de fato, seria como um fóssil vivo, uma superfície calcinada, contudo macerado pelas marcas da degeneração, pelo lamentável acidente histórico em que sucumbiu uma raça antes civilizada.

Doutor em Medicina, o olhar de Von Martius sobre o indígena amparava-se na idéia de recapitulação: os adultos das raças inferiores, do ponto de vista intelectual, seriam como as crianças das raças superiores (GOULD, 1981). O indígena teria, assim, uma natureza dupla, reuniria os dois pólos opostos da vida intelectual – moralmente ainda na infância, na minoridade, a civilização não o altera, não o emula, sua inaptidão para o progresso assemelhando-o, portanto, a um velho estacionário. Infantil, velho estacionário. Tal condição presente do indígena, contudo, estaria longe de ser a natural (MARTIUS, 1907 [1832], p. 20). O que se descortina nele não é a marcha evolutiva da humanidade; a “raça vermelha” não se acha, como queriam Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e seus adeptos, no estado primitivo, ela não está no primeiro passo do simples desenvolvimento regulado pela História Natural (MARTIUS, 1907 [1832], p. 21; 1844, p. 393).

Infantil, velho estacionário. O indígena é o herdeiro decadente de uma antiga civilização. Atestavam-no, para Von Martius, o estado social e os símbolos de Direito encontrados entre seus grupos – hordas inclinadas a uma insociabilidade irredutível, salientada por uma confusão babilônica de línguas, pelo poder político que é a submissão dos mais fracos pelo mais forte, por pequenas teocracias encabeçadas por pajés e suas “confrarias de embustes”, pelo diminuto comércio carente de moeda e de propriedade privada, pelo Direito brutal e da força, da contínua e surda guerra hobbesiana de todos contra todos. O Direito, entre os indígenas, servia, antes de mais nada, para se fazer a guerra... As relações mantidas entre as tribos que se imaginavam aparentadas por uma origem comum prefiguravam táticas de aliança e defensivas, promulgavam as regras para a divisão dos des-

pojos e a obtenção de escravos, organizavam o espírito de vendeta, ensejavam o caráter ardiloso e taciturno dos indígenas (MARTIUS, 1907 [1832], p. 20-82).

Diante disso, haveria, sempre de acordo com Von Martius, um “defeito geral na organização desta raça vermelha”: carregaria ela o gérmen de seu desaparecimento prematuro, simples peça da engrenagem do mundo a desempenhar uma função passiva na História da humanidade (MARTIUS, 1907 [1832], p. 81-82; 1905 [1838]). O naturalista bávaro não duvidava: a raça americana, em breve, desaparecerá. Desumanizada, decomposta em vida, baldado seria qualquer esforço para torná-la sujeito de Direito, para amoldá-la ao convívio feliz da civilização, para integrá-la ao quadro orgânico da Monarquia Constitucional. O indígena, como súdito potencial do Império, seria, para Von Martius, sujeito de evicção de Direito, irrecuperável para os propósitos civilizatórios do Governo Monárquico. Ele interessaria, contudo, para vivificar uma Nação nova e robusta, para misturá-lo numa miscigenação saudável que, nutrida inicialmente por entre as “classes mais baixas” do Império, vigoraria, nos séculos vindouros, as “classes mais altas” (MARTIUS, 1844, p. 391). E, também, como o documento de um passado recuado, como evidência para a escrita da História primitiva do Brasil.⁴ Assim, ante o desaparecimento progressivo e acelerado das populações indígenas, seria necessário, afirmou-o Von Martius, uma longa estada entre elas, estudá-las *in situ*, por meio de atiladas observações arqueológicas e etnográficas (MARTIUS, 1907 [1832], p. 45).

Até porque os indígenas integraram, numa época ainda indeterminada, uma grande civilização que abarcou toda a América. Para Von Martius, testemunham isso, em primeiro lugar, as edificações colossais que se espraiam pela América Central e México, arquitetura grandiloqüente, comparável à do Antigo Egito, majestosa em suas formas estéticas e que, contudo, foi herdada por povos cujas teocracias, muito antes da conquista espanhola, já não detinham o processo de franca degeneração que a natureza lhes impunha (MARTIUS, 1907 [1832], p. 18). Em segundo lugar, o livro da História Natural Americana apresentaria um outro capítulo es-

pecial, um conjunto de animais e plantas úteis transformados pelas mãos laboriosas de um povo outrora civilizado, guardião de uma força intelectual e moral que, agora, acha-se de todo perdida. Os Tupis, em terceiro lugar, cuja imigração deu-se do sul para o norte da América, das regiões do Rio da Prata para as regiões amazônicas, foram povos predominantes entre os autóctones do Brasil, com relativo grau de desenvolvimento, mas que, devido à miscigenação com raças bárbaras, perderam sua pureza original e degeneraram (MARTIUS, 1907 [1832], p. 17-18, 80-82). Haveria, pois, que pesquisar esse passado monumental da “raça vermelha”, desta população que, infelizmente, desabou como uma “ruína de povos” (MARTIUS, 1844, p. 395). Para se deslindar a origem dos indígenas, para se descobrir os vestígios de civilização, esparsos, provavelmente, entre os rios Tocantins, Xingu e Araguaia,⁵ dever-se-ia, asseverou-o Von Martius, financiar projetos como os do Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha (1789-1849), comprometido em localizar uma cidade abandonada, uma Paupatla ou Copán brasileiras, nas matas da Serra do Cincorá, sertão da Bahia (MARTIUS, 1844, p. 392-395).

O índio como ente fossilizado ou degenerado. Tais enuncia-dos permitiram recortar as populações indígenas como objetos tripartites de estudo. Por outra, formulou-se um triedro de objetos – ora, se o indígena poderia ser apreendido como *objeto naturaliza-do* de estudo, um fóssil vivo, um ente estático ante os ditames do meio ambiente, raça combatida pela vitória das expansões instintivas, raça de conformação anormal, dever-se-ia, de todo modo, decompô-lo em seu potencial para a civilização ou degeneração intelectual. Assim, o indígena, além de objeto naturalizado, é também *objeto simbólico* de estudo – um sujeito atado às amarras da natureza, mas simultaneamente detentor de uma cultura material, de um conjunto de narrativas mitológicas, de um universo vocabular passível de ser avaliado em seus graus de civilização e, quiçá, de um passado monumental, cujos vestígios, em fragmentos ou edificações, encontrar-se-iam camuflados nas matas tropicais.

Ato contínuo, ao tomá-lo como objeto naturalizado e objeto simbólico, ao aquilatá-lo em seu teor civilizacional, ao escalpelá-lo

no “substrato mesquinho de sua inteligência”, a Arqueologia e a Etnografia dispuseram de critérios para classificá-lo e sopeá-lo na hierarquia das raças que compunham o Império, de justificativas para detratá-lo ou representá-lo no discurso histórico que forjava, neste contexto político do país, uma identidade nacional. De outro lado, examiná-lo como objeto naturalizado ou simbólico implica, ato contínuo, em nomeá-lo como *objeto econômico* de estudo. Seria preciso, assim, por meio da Cartografia e da Demografia,⁶ localizá-lo no espaço, enumerá-lo, retê-lo como objeto naturalizado e simbólico e, neste passo, melhor entendê-lo para melhor civilizá-lo, para aproveitá-lo como mão-de-obra e como elemento colonizador do território, para amansá-lo como sujeito econômico e de Direito, para abrigá-lo sob a égide de um contrato social. Ora, a importância de se avaliar o indígena como objeto econômico explica os prêmios concedidos pelo IHGB, nas décadas de 1840 e 1850, a trabalhos históricos e etnográficos que reavaliaram as pretéritas políticas de aldeamento das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo (OLIVEIRA, 1846; SOUZA E SILVA, 1854).

Baseando-se neste triedro de objetos, numa hermenêutica filológico-textual e nos enunciados de degeneração e fossilização, os intelectuais do IHGB desenvolveram concepções e leituras sobre a origem dos indígenas – seu aparecimento no “continente brasileiro”, suas rotas de imigração – e sua cultura material.

O Velho Mundo no Novo Mundo

A cultura material indígena, no IHGB, prestou-se a usos específicos. Em primeiro lugar, como lembrara, já no volume inaugural da *Revista*, o secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), os “objetos arqueológicos” revelariam o “estado de civilização, indústria e costumes dos indígenas” (BARBOSA, 1839a, p. 142). Por outra, media-se com os artefatos o grau de civilização dos grupos indígenas – ou seriam fósseis vivos, índios mineralizados, ou seriam “ruínas de povos”, herdeiros de uma civilização tropical. Dois extremos, dois lados de uma mesma moeda, o indígena pode-

ria ser bárbaro em sua condição atual, mas talvez ainda recuperável para a História da Nação, desde que o reverso da moeda contivesse símbolos de uma cultura elaborada, desde que, numa espécie de transporte numismático, a Arqueologia desenredasse, nos artefatos, inscrições que confirmassem as hipóteses, formuladas a partir da leitura de documentos filológicos e obras da Historiografia Colonial, sobre a origem dos indígenas.

Os “objetos arqueológicos” poderiam demonstrar que o indígena era um antepassado do povo de Israel, um Adão americano, um homem antediluviano. Provariam, neste passo, a *hipótese bíblica* sobre o povoamento do Brasil – o índio como segundo Adão, habitante de um espaço que fora um paraíso tropical, filho do monogenismo, do criacionismo. Os “objetos arqueológicos”, contudo, talvez exalasses feições de ares temperados, porém já há muito recobertos por pátinas tropicais. Seria preciso, então, desbastar o reverso da moeda, lustrá-la para que voltasse a emitir, em seu fundo metálico, o brilho de uma antiga civilização, para que recompusesse o tempo de uma longa travessia marítima, o mapa de antigas rotas imigratórias. Talvez os artefatos arqueológicos confirmassem a *hipótese mediterrânica* sobre o povoamento do Brasil – o índio como antepassado dos povos nautas da História Antiga, dos cartagineses, dos fenícios, dos gregos; ou o índio como descendente dos europeus hodiernos, como filho de uma imigração involuntária, de uma aventura marítima, de um acidente oceânico, de ventos marítimos que teriam trazido ao Brasil uma civilização européia antes da chegada de Cabral.⁷ O índio seria filho de um naufrágio.

Os “objetos arqueológicos” poderiam também conter, em seus fragmentos, os traços empíricos da teoria de Cuvier, as marcas de um cataclismo, os indícios que explicariam o desaparecimento de uma civilização mediterrânica ainda nos seus alvores, o fim de um “difusionismo” transcontinental e transoceânico; poderiam revelar as evidências da triste transformação de uma civilização em “ruína de povos”, o calendário da decadência, a Queda do segundo Adão, a expulsão do paraíso. Os índios seriam filhos de Caim – hordas condenadas por uma divina catástrofe a perambular e viver da caça,

da coleta, do sal da terra.⁸ Não há que estranhar, portanto, a possibilidade de se encontrar monumentos nas matas dos sertões, colunas dóricas, com suas volutas e capitéis, corroídas pela umidade das florestas tropicais. O índio seria um grego agora nu. Tampouco há que estranhar os caracteres cuneiformes e os hieróglifos grafados nos papiros graníticos das cavernas, pois tais inscrições, quase apagadas pelo tempo, talvez não sejam um alfabeto da natureza, talvez não sejam arabescos ilusórios, mas frases hieráticas que mãos civilizadas legaram como documento para o François Champollion (1790-1832) do Império brasileiro.⁹ Os índios, quem sabe, foram filhos de fenícios que degeneraram o alfabeto – tudo o que sabem agora é pintar desenhos infantis, esboçar gestos geométricos ininteligíveis pelas rochas do Brasil.¹⁰

Os “objetos arqueológicos”, em segundo lugar, cristalizariam a unidade física da Nação. Elementos tangíveis de espaços distantes, de províncias pouco habitadas, dos sertões desertos, das regiões longínquas ao centralizado poder imperial, os “objetos arqueológicos” orlariam, com sua materialidade primitiva, as fronteiras nacionais. Marcadores do espaço, os artefatos assegurariam os limites geopolíticos do Império perante as Repúblicas latinas – coroas toscas de um Estado Absolutista, cetros arcaicos da Monarquia Constitucional. Além dos artefatos indígenas, também os padrões de mármore fixados ao longo da costa pelos antigos colonizadores e donatários portugueses poderiam ser usados nesta tarefa de demarcação da unidade física do Brasil (VARNHAGEN, 1849, p. 374). E há também os fósseis, capazes de assentar marcos científicos e antigos no solo nacional, de legitimar o Direito público, de granjejar, aos membros da elite imperial, o Direito de governar um país continental. A lição fora aprendida com Lund. Testemunhos da ancestralidade do espaço e do homem que o colonizou, os fósseis confeririam um estatuto universal e histórico à Nação, lançando sua identidade num passado distante, a ser ainda calculado com o auxílio de outros fósseis e fontes arqueológicas. Tratava-se, portanto, de autenticar, com o selo científico dos fósseis e artefatos, um atestado do nascimento físico-territorial do Estado brasileiro.

Hipóteses bíblica e mediterrânica. Um breve olhar comparativo mostra que a busca por vestígios de civilização não foi uma especificidade arqueológica somente do IHGB. A Sociedade Real dos Antiquários do Norte, instituição com a qual o Instituto manteve permanentes contatos, defendia a tese de que os escandinavos ocuparam sucessivamente, no decorrer do século X, os territórios da Groenlândia, da Islândia e do litoral atlântico da América do Norte (RAFN, 1840) – tese esta que foi bem acolhida não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos (HORSMAN, 1981, p. 181). A Sociedade Real dos Antiquários do Norte – instituição plantada no país, a Dinamarca, onde pela primeira vez se estipularam datações relativas com base na seriação de artefatos (Idades da Pedra, do Bronze e do Ferro) e se desenvolveram métodos de escavação em Arqueologia (TRIGGER, 1990, p. 27-80; DANIEL, 1950, p. 38-54; KRISTIANSEN, 1981; SORENSEN, 1996) – não foi a única, contudo, que contou a saga de civilizações européias na América. A Sociedade Etnológica de Paris também afirmara que colonizadores europeus aportaram na América muito antes da chegada das caravelas de Colombo (WARDEN, 1843). Na Espanha, Hernández Sanahuja, um dos primeiros arqueólogos a aplicar, em sua terra natal, o método estratigráfico em escavações, inspetor da Real Academia de História e membro da Sociedade Arqueológica Tarraconense, elaborou em 1850 uma teoria sobre a existência de civilizações egípcias na terra de Dom Quixote (REMESSAL; AGUILERA; PONS, 2000, p. 37-41).

Por toda a América, e não só nas regiões mexicanas, sul e meso-americanas, onde testemunhos de “altas culturas” eram recuperados em meio às florestas, buscava-se, com a Arqueologia, um passado glorioso (DÍAZ-ANDREU, 1999, p. 169-171). Nos Estados Unidos, sítios arqueológicos, como os *moundbuilders*, tornaram-se evidências de que uma raça civilizada (gregos, hindus, vikings etc.) havia ocupado o território americano (TRIGGER, 1980, 1985, 1990, p. 104-108; HINSLEY, 1985, p. 51). O que legitimou o racismo sobre os grupos indígenas – sociedades estáticas, imóveis, que perderam seus laços com uma antiga civilização, frente às quais poder-se-ia declarar guerra para tomar-lhes as terras e liberar, assim, a

expansão territorial da “raça eleita”, do povo anglo-saxão que, escolhido por Deus, estava predestinado a propagar a civilização desde os mares Atlânticos até o oceano Pacífico (HORSMAN, 1981, p. 189-207). A Arqueologia praticada pelo IHGB se coadunava, portanto, àquelas que se faziam alhures, conquanto neste momento ainda não praticasse, como na França, Inglaterra e países escandinavos, escavações estratigráficas. Tanto é assim que, em 1866, o Instituto é convidado para participar do Congresso Histórico e Arqueológico da Antuérpia, para o qual se preparou um relatório sobre Arqueologia brasileira.¹¹

O presente monárquico no passado indígena

O que explica este buscar de vestígios de civilização, entre os intelectuais do IHGB, não é uma mera fantasia alegórica e mítica, mas sim uma posição ocupada por sujeitos de discurso. Neste momento, descobrir-se monumentos nas florestas brasileiras não era somente uma possibilidade diante do contexto arqueológico internacional, onde em várias regiões civilizações ressurgiam em fragmentos e edificações, mas também respondia a interesses específicos do projeto político imperial. Para a elite política e intelectual do IHGB, tal busca permitia a prescrição de uma determinada ordem, de um lugar social a ser ocupado pelos indígenas na justificativa genealógica que se imprimia ao Estado Monárquico. Estabelecer para os grupos indígenas antepassados “nobres” (fenícios, gregos ou europeus) significava a viabilidade de representá-los no quadro geral das Nações civilizadas. Numa sociedade que distribuía títulos de nobreza, as raças fossilizadas, os entes estáticos que a integravam deveriam também ser “nobres”, ainda que sua “nobreza” estivesse perdida num tempo quase sem memória, provavelmente entre vestígios despedaçados na poeira da pré-história, entre restos petrificados e em pleno mutismo.

Dáí poder-se conceituar a Arqueologia praticada neste período – ela seria uma *Arqueologia nobiliárquica*. Deveria ela recompor aqueles pedaços empoeirados, dar-lhes voz, fazê-los falar um relato histó-

rico de origem onde as elites do país pudessem se reconhecer. O passado do indígena, materializado em cacos, deveria modelar-se num espelho da “raça branca”, da sociedade de Corte; deveria refletir que os antepassados indígenas eram de outra natureza que não a das raças contemporâneas – estas “ruínas de povos” foram antes criadores, membros de uma antiga civilização que doravante seria reconstruída pela nobreza do Império, pela elite ilustrada do Brasil. Numa sociedade em que a imagem do indígena figurava nos brasões imperiais, em que os nomes indígenas batizavam a proveniência de uma família, a genealogia do sangue e da tradição, não surpreende que a Arqueologia se confunda com a heráldica, que seja ela uma Arqueologia nobiliárquica a reconstituir a genealogia da Nação.

Não surpreende, também, o discurso material que, neste momento, veiculava-se nos gabinetes do Museu Nacional.¹² De um lado, salas com múmias egípcias e antiguidades pompeanas, lembrando a origem civilizada, mediterrânica da nobreza imperial; de outro, as coleções das “raças selvagens”, lembrando à elite a inferioridade da “África inculta” escravizada e de índios a serem domesticados. Os vestígios indígenas até poderiam figurar ao lado das múmias egípcias, desde que confirmassem as hipóteses mediterrânica e bíblica de povoamento do Brasil; contanto que contivessem os sinais da presença europeia no território da Nação. Enquanto vestígios de civilização não forem descobertos pela Arqueologia nobiliárquica, que as coleções indígenas permaneçam num Museu de História Natural, que oscilem entre o naturalizado e o simbólico, com um pé resvalando no palco da História e o outro arraigado no solo da Natureza.

A busca por vestígios de civilização entre os indígenas, portanto, não era um tatear no escuro, os olhos vendados no rastro de monumentos que corporificariam, palpáveis, a alma civilizada da Nação. Não há só uma preocupação com a fidedignidade, com a prova empírica, com o monumental que deve tornar-se visível para tornar-se documento, não há só o cuidado de não representar o papel “dos Antiquários de Walter Scott” (BARBOSA; ALEGRE, 1839, p. 99), de falsificador de inscrições e artefatos arqueológicos.¹³

De outro lado, conforme Januário da Cunha Barbosa (1841), ganhava sentido procurar por vestígios de civilização, como no caso do projeto do cônego Benigno José de Carvalho e Cunha, não somente pelo resgate de uma possível linha de continuidade de um processo histórico-civilizacional, mas também pelos terrenos vantajosos que seriam mapeados para o Estado.

O Heinrich Schliemann (1822-1890) brasileiro, no fio das tradições que colheria durante suas investigações sobre a cidade abandonada, a qual, aliás, nunca encontrou, devassaria as matas desconhecidas do sertão da Bahia (BARBOSA, 1841, p. 527-528). Um saber não é um palimpsesto onde mitos reescritos se superpõem, mas sim uma superfície onde se instauram práticas discursivas e estratégias. Assim, em petição encaminhada ao Imperador D. Pedro II, em 7 de novembro de 1841, o IHGB se empenha no financiamento do projeto do cônego Benigno, ressaltando, além da imagem de um monarca amigo das “sciencias e das letras”, os aspectos geoestratégicos da expedição – a viagem arqueológica do religioso baiano contribuiria, segundo a petição, para a “interiorização da civilização”, isto é, tanto para a extensão do poder público do Estado e sua centralização, quanto para a marcação das fronteiras ocidentais do Império a fim de melhor protegê-las das incursões das repúblicas latinas; contribuiria, no mesmo passo, para cartografar o espaço e suas riquezas minerais, para a abertura de estradas e integração de novas terras ao cultivo agrícola.¹⁴

Arqueologia e geoestratégia

Afirmei, no início, que meu objetivo era o de analisar as representações indígenas tecidas pela Arqueologia do IHGB, conforme ela foi praticada entre 1838 e 1860, numa perspectiva pós-colonial. O discurso colonial se caracteriza, segundo um de seus críticos mais radicais, Homi K. Bhabha, por ser um aparato de poder, um sistema de representações, um regime de verdade que tem por fito construir o colonizado como uma população de tipos racial-

mente degenerados, de modo a legitimar a conquista e fundar sistemas de administração (BHABHA, 1995, p. 70). Um discurso que se faz acumulando tropos, metáforas e metonímias que alinhavam estereótipos sobre o colonizado e o colonizador, que vestem um e outro em drapeados de imagens fetichizadas, costurando-os nas dobras de uma ambivalência essencial (BHABHA, 1995, p. 75-84).

Assim, quando os intelectuais do IHGB, partilhando os enunciados de Lund e Von Martius, classificaram os indígenas como degenerados, estáticos, fósseis vivos, pretendiam mostrar, também, como a cultura deles era diferente daquela à qual eles se afinavam e se filiavam: a ocidental. A definição da mente indígena, do “substrato mesquinho” de uma inteligência pouco afeita à pertinácia da civilização, à velocidade exponencial do progresso, às minúcias técnicas e aos pacientes trabalhos metódicos, tornou-se palpável em “documentos autênticos”, mensuráveis na positividade de fósseis e da cultura material. Dispunha-se de provas tangíveis sobre a inferioridade indígena, sobre as populações timoratas que não resistiram à ação maléfica e corrosiva do tempo. Degeneraram, congelaram sua História, antes marcada por signos de civilização.

Tal raciocínio possibilitou uma política de identidades para o projeto de Nação que, neste momento, era formulado pela elite imperial. Criou-se uma separação entre povos e membros do que se concebia como raças homogêneas, uma distância no interior dos limites de um território que se queria conquistar, povoar, civilizar. Os indígenas poderiam integrar a representação histórico-coletiva da Nação, contanto que os seus vestígios culturais apontassem para um passado majestoso, monumental. Aos índios vivos, aos fósseis nômades que nada fazem senão caçar, pescar e guerrear permanentemente, aos anormais índios do presente, só resta conduzi-los à civilização por meio de uma política indigenista capaz de torná-los dúcteis, de transformá-los em mão-de-obra sucedânea dos braços escravos (BARBOSA, 1839b, 1840). Noutra passo, o território brasileiro, em vias de definição geopolítica, cujos limites agora serão esteados com fontes arqueológicas, não será abandonado às mãos de quem pouco ou nada produz, às mãos de gente leniente e de

curto tirocínio. Se se deve povoá-lo com os indígenas, que não se o faça sem nutri-los numa miscigenação saudável e vigorante, sem amalgamá-los com os colonos estrangeiros, como queria o autor do épico a *Confederação dos Tamoios* (1856), Gonçalves de Magalhães (1818-1882). Ou então, que não se vacile em declarar-lhes a guerra, que não se titubeie em subjugá-los com a força da civilização, como sugeriram o historiador oficial do Império, Francisco A. Varnhagen, e Gonçalves Dias, o laureado poeta das poesias americanas.

A Arqueologia nobiliárquica se equacionava a uma geoestratégia. Além de auxiliar na demarcação do território brasileiro, além de circunscrevê-lo com fosséis e a cultura material, tratava-se de uma disciplina que tinha por função interiorizar a civilização e civilizar as populações indígenas. Fazendo-se no interior das “viagens arqueológicas”, a Arqueologia se acolchetava ao olhar geográfico, ao olhar explorador de riquezas, ao exercício cartográfico, ao trabalho de mapeamento do território da Nação e de suas populações. Guardadas as devidas proporções, a invenção das “descrições densas” não é um apanágio tão recente assim. As viagens arqueológicas e científicas exercitavam uma dupla hermenêutica: das populações indígenas e do espaço geográfico. Cartografia das riquezas a serem auferidas pelo Estado Monárquico; topografia da alma indígena, agrimensura da especificidade cultural das populações mineralizadas. Em suma, um saber capaz de açodar a ocupação e colonização dos sertões, o avanço triunfante da civilização imperial em direção às florestas. Prática imperialista e disciplinar que, na América do Sul, não se realizou somente no Brasil. Na Argentina, a constituição do Museu de La Plata se deu através dos materiais angariados nos Pampas e na Patagônia, durante o que se convencionou chamar de a “Conquista do Deserto” – eufemismo para designar o extermínio dos Mapuches e Tehuelches, a conquista militar e científica de populações tidas como inferiores (POLITIS, 1995, p. 199).

A elite imperial queria livrar-se de uma História indígena petrificada, buscava uma epopéia histórica ilustrada com vestígios mediterrânicos, uma Roma ou uma Grécia perdidas por entre sa-

mambaias e árvores centenárias. Ora, os críticos pós-coloniais, como Martin Bernal (1994) e Richard Hingley (2000), têm nos mostrado que a própria constituição da Arqueologia Clássica, na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, foi valiosa para açular os anseios imperialistas, a segregação racial, a dominação colonial e a destilação de uma natural superioridade ocidental. A Arqueologia foi uma ferramenta interpretativa fundamental para fabricar-se a civilização em oposição aos bárbaros, um poderoso instrumento para a criação de nações e impérios modernos (PATTERSON, 1997, p. 87-91). A elite imperial brasileira se pressupunha integrante desse passado clássico, herdeira de uma civilização superior, imortal, visceralmente histórica. Ao classificar, por meio da Arqueologia nobiliárquica, as populações indígenas como o Outro antitético da Nação, definindo-as como bárbaras, degeneradas e visceralmente a-históricas, a elite imperial se via como uma Nova Roma ou Nova Grécia a alastrar, feito um Alexandre altivo e augusto, a interiorização da civilização.

Notas

¹ Mestre e Doutorando em História pela Unicamp. Bolsista Fapesp. Este artigo foi originalmente escrito para uma mesa-redonda, ocorrida na Unicamp em 11 de setembro de 2003. Intitulada *História intelectual: estratégias imperiais na Europa e no Brasil*, foi organizada pelo Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, apoiada pelo Centro de Pensamento Antigo (CPA-Unicamp) e Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE- Unicamp), e contou com uma outra exposição, feita pelo Professor Fábio Adriano Hering. Agradeço a esses dois colegas pelas leituras críticas preliminares a este artigo, bem como ao CPA e ao NEE, pelo apoio ao evento. Devo agradecer, também, à Fapesp, pelos subsídios financeiros às minhas pesquisas. Sou o único responsável pelas idéias aqui discutidas.

² A discussão que segue sobre a prática arqueológica do IHGB entre 1838 e 1860 foi desenvolvida em outros lugares: Ferreira (1999, 2001, 2002). Para outras interpretações desse período, ver também: Cali (2002), Langer (1998, 2000) e Piñón (2000). Outros artigos de Langer (2001, 2002) são considerados para as questões aqui discutidas. Sobre os trabalhos de Francisco Adolfo Varnhagen, Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, mencionados a seguir e no último tópico deste artigo, cf. Ferreira (2003a, 2003b). Sínteses da

História da Arqueologia brasileira em suas relações com o Imperialismo e o Colonialismo podem ser acompanhadas em Funari (1991, 1992).

³ A articulação das proposições de Foucault e Gramsci em estudos pós-coloniais pode ser acompanhada em Prakash (1994) e Mallon (1994). Uma proposta concernente ao uso de Foucault em estudos pós-coloniais é discutida nos ensaios de Ann Stoler (2000).

⁴ A este respeito, cf. a carta de Von Martius lida na 44ª Sessão em 1º de agosto de 1840. *RIHGB* [Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro], Rio de Janeiro, t. 2, p. 399-401, 1840.

⁵ Cf. a carta de Von Martius lida na 44ª Sessão em 1º de agosto de 1840. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 2, p. 399-401, 1840. As viagens arqueológicas e científicas foram também incentivadas por Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1841, p. 150), Joaquim Manoel de Macedo (1851, p. 489) e Manoel Ferreira Lagos, para quem o Instituto deveria fazer “sacrifícios em favor de investigações archeologicas”. (LAGOS, 1844, p. 537-538).

⁶ Francisco A. Varnhagen (1841, p. 63), já no início dos anos 1840, falava na necessidade de se esboçar uma “carta etnográfica”. O naturalista Francisco Freire Alemão (1797-1874), em 1847, conclamou os membros do Instituto para a escrita de uma *Carta Geral do Estado Primitivo do Brasil*. (Cf. 180ª Sessão em 14 de outubro de 1847. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 9, p. 562-563, 1847.) Para exemplos de Demografia e Cartografia dos grupos indígenas, cf. Guimarães (1844); Jomard (1847); Mattos (1856); Tuggia (1856).

⁷ Em 1839, Rodrigo de Souza da Silva Pontes propôs o seguinte “programa de pesquisa”: “quaes os vestigios existentes no Brasil, que possam provar uma civilização anterior à conquista dos portugueses?” (*RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 145, 1839.) Em 1847, quando o IHGB lançou a proposta para a efetivação de uma seção de Arqueologia e Etnografia, propôs-se o seguinte “programa de pesquisa”: “quaes as tradições conservadas pelos authoctones, ou vestigios phisicos descobertos até hoje, que possam confirmar a opinião de alguns autores, de haver o Brazil sido visitado por europeus, ou por quaesquer descendentes do Velho Mundo, antes da chegada do venturoso Cabral”. (Cf. 168ª Sessão em 10 de junho de 1847. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 9, p. 278, 1847.) As hipóteses bíblica e mediterrânica podem ser encontradas, dentre outros, nos seguintes artigos: Rebello (1840); Silva (1849); Souza e Silva (1854); Figueiras (1856); Oliveira (1842, 1844, 1861).

⁸ Sobre o uso de Cuvier, cf. especialmente Ribeiro et al (1846). A importância de Cuvier para a Arqueologia e Etnografia deste período pode ser avaliada em Barbosa (1841), Lagos (1849) e Veloso (1868).

⁹ Manoel Ferreira Lagos dizia, em 1844, que “[o] instituto não desespera [...] das tentativas do Cônego Benigno de descobrir monumentos nesta parte do Novo Mundo, nem lhe morre a esperança de possuir em seu seio um Champollion brasileiro, que com o facho de seu genio indagador illumine esta parte obscura da historia primeva do nosso Brasil...” (LAGOS, 1844, p. 538).

¹⁰ Além da expedição de Alegre e Barbosa (1839), comprometida em averiguar a existência de uma “inscrição fenícia” na Pedra da Gávea, encontram-se “programas de pesquisa” que se perguntavam se as pinturas rupestres seriam obras da natureza ou dos índios. (Cf. 81ª Sessão em 20 de fevereiro de 1842. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 4, p. 106, 1842.).

¹¹ Cf. 10ª Sessão em 13 de setembro de 1866. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 29, p. 352, 1866; 1ª Sessão em 16 de maio de 1867. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 30, p. 434, 1867; 2ª Sessão em 31 de maio de 1867. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 30, p. 435-39, 1867.

¹² Sobre a proveniência e a organização dos artefatos arqueológicos no Museu Nacional, cf. Lopes (1997, p. 117-119).

¹³ Trata-se, nesta passagem, de uma possível referência ao romance de Sir Walter Scott (1771-1832), *O antiquário* (1816).

¹⁴ Cf. Petição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a sua Majestade Imperial, 7 de novembro de 1841. *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, NA, IE, 78.

Referências

ALEGRE, Manoel Araújo Porto; BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório sobre a Inscrição da Gávea. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 98-103, 1839.

ALEGRE, Manoel de Araújo Porto. Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 19, p. 68-74, 1856.

BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança: do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 141-143, 1839a.

_____. Qual seria o melhor sistema para colonizar os Índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundado na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais? *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 2, p. 3-18, 1840.

_____. Relatório dos trabalhos do Instituto no terceiro ano social. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 3, p. 521-37, 1841.

_____. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensa do-se-lhes o trabalho, que

todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 159-169, 1839b.

BERNAL, M. The image of Ancient Greece as a tool for colonialism and European hegemony. In: BOND, G. C.; GILLIAM, A. (Eds.). *Social construction of the past: representation as power*. London: Routledge, 1994, p. 119-128.

BHABHA, Homi. K. *The location of culture*. London: Routledge, 1995.

CALI, Plácido. História da cultura brasileira e fontes arqueológicas. *Revista de História*, Campo Grande, v. 6, n 11, p. 97-130, 2002.

DANIEL, G. *A hundred years of Archaeology*. London: Duckworth, 1950.

DIAZ-ANDREU, Margarita. Nacionalismo y Arqueología: del Viejo al Nuevo Mundo. (Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul.) *Revista do MAE*, São Paulo, Suplemento 3, p. 161-180, 1999.

FERREIRA, Lúcio M. Arqueologia e Geoestratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes arqueológicas (1838-1877). *Vária História*, Belo Horizonte, n. 24, p. 149-171, 2001.

_____. Gonçalves Dias: arqueólogo e etnógrafo. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003a, p. 456-464.

_____. *Vestígios de civilização: a Arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*. 2002. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. Vestígios de civilização: O IHGB e a construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, Londrina, v. 4, n. 1, 9-36, 1999.

_____. Vestígios da raça americana: Arqueologia, Etnografia e Romantismo no Brasil Imperial (1838-1867). *Habitus*, v. 1, n. 1, Goiânia, p. 103-128, 2003b.

FIGUEIRAS, Caetano Alves de Souza. Reflexões sobre as primeiras épocas da História do Brasil em geral. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 19, p. 328-424, 1856.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo A. Archaeology in Brazil: politics and scholarship at a crossroad. *World Archaeological Bulletin*, London, v. 5, p. 123-132, 1991.

_____. La Arqueología en Brasil: política y academia en una encrucijada. In: POLITIS, Gustavo (Org.). *Arqueología en América Latina hoy*. Bogotá: Banco Popular, 1992, p. 57-69.

_____. Brazilian Archaeology and World Archaeology: some remarks. *World Archeological Bulletin*, London, v. 3, p. 60-68, 1989.

GOULD, S. J. *The mismeasure of man*. New York: W. W. Norton, 1981.

GUIMARÃES, José da Silva. Sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiacás. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 6, p. 305-325, 1844.

HINSLEY, C. M. From Shell-Heaps to Stelae: early Anthropology at the Peabody Museum: In: STOCKING, G. W. *Objects and Others: essays on museums and material culture*. Wisconsin: The University Wisconsin Press, 1985, p. 49-74.

HINGLEY, R. *Roman officers and English gentlemen: the imperial origins of Roman Archaeology*. London: Routledge, 2000.

HORSMAN, R. *Race and manifest destiny*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

JOMARD, M. Notícia raciocinada sobre os Botocudos. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 9, p. 107-113, 1847.

KRISTIANSEN, K. *A Social History of Danish Archaeology (1805-*

1975). In: DANIEL, G. (Ed.). *Towards a History of Archaeology*. London: Thames and Hudson, 1981, p. 20-44.

LAGOS, Manoel Ferreira. Relatório dos Trabalhos do Instituto no sexto acadêmico. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 6, p. 532-558, 1844.

_____. Relatório dos Trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 11, p. 89-147, 1849.

LANGER, J. A cidade perdida da Bahia: mito e Arqueologia no Brasil Império. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 41-67, 2002.

_____. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 9, p. 165-185, 1998.

_____. Peter Lund e as polêmicas arqueológicas do Brasil Império. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 24, p. 31-55, 2001.

_____. *Ruínas e mitos: a Arqueologia no Brasil Império*. 2000. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LUND, Peter W. Carta do Dr. Lund, escrita de Lagoa Santa (MG) a 21 de abril de 1844. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 6, p. 334-342, 1844.

_____. Carta Escrita de Lagoa Santa (MG), ao Sr. Primeiro Secretário do Instituto, pelo sócio honorário Dr. Lund. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 4, p. 80-87, 1842.

_____. Notícia sobre as ossadas humanas fósseis achadas numa caverna do Brasil. In: *Memórias sobre a paleontologia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950 [1844], p. 465-468.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do Primeiro Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião das comemorações do aniversário da Instituição. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 15, p. 480-512, 1852.

MACGUIRE, Randall H. *A Marxist Archaeology*. San Diego: Academic Press, 1992.

MALINA, Jaroslav; VASICEK, Z. *Archeologia: storia, problemi, metodi*. Milano: Electa, 1997.

MALLON, Florencia E. The promise and dilemma of subaltern studies: perspectives from Latin American History. *The American Historical Review*, New York, n. 99, p. 1491-1515, 1994.

MARTIUS, K. F. P. Von. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 6, p. 389-411, 1844.

_____. O estado de direito entre os autóctones do Brasil. *RIHGSP*, São Paulo, t. 11, p. 20-82, 1907 [1832].

_____. Etnografia americana: o passado e o futuro do homem americano. *RIHGSP*, São Paulo, t. 9, p. 534-62, 1905 [1838].

_____. *Frey Apollonio: um romance do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992 [1831].

MATTOS, João Wilkens. Alguns esclarecimentos sobre as Missões da Província do Amazonas. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 19, p. 124-130, 1856.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo, desde o seu começo até a atualidade. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 8, p. 204-250, 1846.

_____. Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil? *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 4, p. 168-201, 1842.

_____. Se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única divindade, ou se a sua religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na imortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribos? No caso da afirmativa, em que diferenciavam eles entre si? *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 6, p. 133-155, 1844.

PATTERSON, T. *Inventing Western civilization*. New York: Monthly Review Press, 1997.

PIÑÓN, Ana. *La Arqueología y la construcción de la identidad en Brasil: el caso del los orígenes del hombre en Brasil*. 2000. Dissertação de Mestrado - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2000.

POLITS, Gustavo. The socio-politics of the development of Archaeology in Hispanic South America. In: UCKO, Peter J. (Ed.). *Theory in Archaeology: a world perspective*. London: Routledge, 1995, p. 197-235.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para se obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 3, p. 149-157, 1841.

PRAKASH, Gyan. Subaltern studies as postcolonial criticism. *The American Historical Review*, New York, n. 99, p. 1475-1490, 1994.

RAFN, Carl Christian. Memória sobre o descobrimento da América no século X (Trad. Manoel Ferreira Lagos). *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 2, p. 208-234, 1840.

REBELLO, José Silvestre. Discurso sobre a Palavra Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 2, p. 622-627, 1840.

REMESSAL, J.; AGUILERA, A.; PONS, L. *Comission de Antigüedades de la Real Academia de la Historia: Cataluña, catálogo e índices*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

RIBEIRO, Duarte da Ponte; SIGAUD; VILARDEBO. Explicação das estampas que representam os ossos remetidos pelo Sr. van Erven. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 7, p. 518-524, 1845.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SAID, Edward. *Culture and imperialism*. London: Vintage, 1994.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. Dissertação histórica, etnográfica e política. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 12, p. 143-257, 1849.

SORENSEN, Marie Louise S. The fall of a nation, the birth of a subject: the national use of Archaeology in nineteenth-century Denmark. In: DIAZ-ANDREU, Margarita; CHAMPION, Timothy. *Nationalism and Archaeology in Europe*. Boulder; London: UCL Press, 1996, p. 24-47.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Memória histórica e documentada das aldeias de índios do Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 17, p. 109-552, 1854.

STOLER, Ann L. *Race and education of desire: Foucault's History on Sexuality and the colonial order of things*. London; Durham: Duke University Press, 2000.

TRIGGER, Bruce. G. Alternative Archaeologies: nationalist, colonialist, imperialist. *Man*, Quebec, n. 19, p. 355-370, 1984.

_____. Archaeology and the image of the American Indian. *Antiquity*, cidade????, v. 45, n. 4, p. 662-675, 1980.

_____. *A History of Archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *A History of Archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Writing the History of Archaeology: a survey of trends. In: STOCKING, G. W. (Ed.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1985, p. 218-235.

TUGGIA, Rafael. Mapas dos Índios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Teresa Cristina no Rio Tocantins. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 19, p. 199-124, 1856.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Etnografia indígena: línguas, emigrações e arqueologia: padrão de mármore dos primeiros descobridores. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 11, p. 366-376, 1849.

_____. Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 3, p. 53-63, 1841.

VELOSO, José Maria da Conceição. Biografia: Cuvier. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 31, p. 18-35, 1868.

VICO, G. B. Scienza nuova. In: MORA, J. F. *Visões da História*. Porto: Rés, 1988.

WARDEN, Charles. Investigações sobre as populações primitivas da América, publicada na obra intitulada – Antiquidades Mexicanas – 3 Vol., Paris, 1834. (Trad.: Januário da Cunha Barbosa) *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 5, p. 199-219, 1843.

Abstract

This paper intends to analyse archaeological practice of the IHGB in a post-colonial perspective. In an effort for understanding this subject, I take that archaeological practice as a constitutive element of the national-building process in Imperial Brazil.

Keywords: post-colonialism, Archaeology, IHGB, Imperial Brazil.